

**ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2003 a DEZEMBRO/2003**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

<b>DESPESA DE PESSOAL</b>	<b>DESPESA LIQUIDADA</b>
T J M G	Jan/2003 a Dez/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL ( I )	527.473
Pessoal Ativo	632.980
Pessoal Inativo e Pensionistas	310.411
Despesas não Computadas (art.19,§1º da LRF):	(415.918)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0
(-) Decorrentes de Decisões Judiciais	0
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(21.821)
(-) Inativos com Recursos Vinculados (1)	(74.120)
(-) Proventos de Aposentados e Encargos (2)	(258.714)
(-) Pensionistas (2)	(42.410)
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (3)	(18.853)
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º) (II)	15.018
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I+II)	542.491
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	14.305.976
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III)	3,79
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,41%	773.953
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,14%	735.327
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	
% FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,00
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - (3,79%) = (IV) - (V)	542.491
LIMITE PERMITIDO (art.71 da LRF) - 3,87%	553.641

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - NFCAEQ 71 de 21/01/04 e RFCAE 359 e 657 de 30/12/03 - RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

(1) - Contribuição para CONFIP e FUNPEMG, após Lei Complementar nº 064, de 25 de março de 2002 e art. 19, inciso VI da LRF.

(2) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º).

(3) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Desembargador MÁRCIO ANTÔNIO ABREU CORRÊA DE MARINS, Presidente - Renato Cardoso Soares, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária - Menderson Martins Franco, Diretor do Deptº de Auditoria - Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade e Controle de Custos.

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	16.241	91.325	9.156	55.862	0
<b>TOTAL</b>	<b>16.241</b>	<b>91.325</b>	<b>9.156</b>	<b>55.862</b>	<b>0</b>

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
FONTE 10.1	16.241	76.055	4.387		
FONTE 10.5	0	12.746	0		
FONTE 28.1	0	2.524	4.483		
FONTE 60.1	0	0	286		
<b>TOTAL</b>	<b>16.241</b>	<b>91.325</b>	<b>9.156</b>	<b>55.862</b>	<b>0</b>

Fonte: Relatórios SIAFI/MG NFCAEQ 70 de 21/01/04, RFCAE 349, 654, 740, 742, 744, 757, 759 de 30/12/03.

Desembargador MÁRCIO ANTÔNIO ABREU CORRÊA DE MARINS, Presidente - Renato Cardoso Soares, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária - Menderson Martins Franco, Diretor do Deptº de Auditoria - Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade e Controle de Custos

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	173.892	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	118.030
Disponibilidade Financeira	65.920	Depósitos	10.464
Caixa	1	Restos a Pagar Processados	107.566
Banco	65.919	Do Exercício	91.325
Conta Movimento	65.919	De Exercícios Anteriores	16.241
Outras Disponibilidades Financeiras	107.972	Outras Obrigações Financeiras	0
Crédito Financeiro a Receber da			
Unidade Financeira Central - GMIFP	107.972		
Contribuições e Outros Créditos a			
Receber	0		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>173.892</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>118.030</b>
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO		EM RESTOS A PAGAR NÃO	
PROCESSADOS (I)	-	PROCESSADOS (II)	55.862
<b>TOTAL</b>	<b>173.892</b>	<b>TOTAL</b>	<b>173.892</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			9.156
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			46.706

Fonte: Relatórios SIAFI/MG NFCAEQ 70 de 21/01/04, RFCAE 349, 740, 744, 746, 756, 757, 759 de 30/12/03.

**NOTA EXPLICATIVA:**

a) O valor de crédito financeiro a receber procede de consulta ao SIAFI/MG de movimentação contábil data-base 31/12/03, em 21 de janeiro de 2004, da Conta - Contábil 1.3.1.02.01.00.00 - Crédito Financeiro a Receber.

Desembargador MÁRCIO ANTÔNIO ABREU CORRÊA DE MARINS, Presidente - Renato Cardoso Soares, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária - Menderson Martins Franco, Diretor do Deptº de Auditoria - Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade e Controle de Custos

**ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO a DEZEMBRO / 2003**

LRF, art. 54 - Anexo VIII

R\$ Milhares

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos Últimos 12 Meses	542.491	3,79
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	773.953	5,41
Limite Prudencial (§ único, art. 22 de LRF)	735.327	5,14
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos Últimos 12 Meses, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF	542.491	3,79
Limite Permitido (art. 71 da LRF)	553.641	3,87
<b>DÍVIDA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da receita	-	-
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	9.156	55.862

FONTE: Anexos I e VI do terceiro quadrimestre de 2003.

Desembargador MÁRCIO ANTÔNIO ABREU CORRÊA DE MARINS, Presidente - Renato Cardoso Soares, Diretor Executivo de Finanças e Execução

Orçamentária - Menderson Martins Franco, Diretor do Deptº de Auditoria - Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade e Controle de Custos